IMIGRAÇÃO ITALIANA: ASPECTOS GERAIS DO PROCESSO IMIGRATÓRIO*

Lucy Maffei Hutter**

RESUMO

Trata-se aqui de dar linhas gerais do processo imigratório abrangendo desde as décadas finais do século XIX até os anos 60/70 do corrente século. Tentamos, neste trabalho, mostrar várias nuances da imigração italiana em São Paulo, no referido período, com flashes do que ocorreu nos estados do Sul do Brasil e em alguns outros países. Destacamos, ainda, problemas enfrentados pelos imigrantes; a propaganda desenvolvida em decorrência do Decreto Prinetti, para angariamento de trabalhadores agrícolas; e o repatriamento, entre outros aspectos, que permitem uma melhor compreensão do desenvolvimento do processo imigratório em São Paulo.

Imigração — italianos — propaganda — repatriamento

Sendo o tema Imigração Italiana no Brasil, não só muito vasto, como assaz complexo, tentamos delimitar esta exposição, nos atendo apenas a alguns aspectos gerais do processo imigratório.

Partindo de um fato atual, faremos uma retrospectiva do movimento imigratório, a partir dos fins do século XIX, assinalando alguns pontos que esperamos possam esclarecer o desenrolar do processo.

Soubemos, ainda recentemente, de um caso de um italiano que pretendia se estabelecer no Brasil. Formado em curso superior, em Gênova, especializado em motores turbinados, com experiência de dez anos de serviço em uma das mais renomadas companhias da Itália, não conseguiu, até o momento, a autorização de permanência no Brasil, isto devido à atual lei do estrangeiro. Para que lhe seja dada a autorização

* Publicado no *Jornal do Imigrante*, São Paulo, nov/dez. 1982.

** Prof.^a Dra. do IEB (área de História)

pelo Cônsul brasileiro, é preciso que tenha concluído contrato de trabalho com uma firma aqui no Brasil. Uma três indústrias, estando uma delas entre as maiores de São Paulo, interessaram-se em empregá-lo, diante do *curriculum* enviado. No entanto, só seria aceito com o visto de permanência e, como é óbvio, após entrevista. Portanto, para ter o visto de permanência, necessita o imigrante do contrato de trabalho e para obter o contrato de trabalho é exigido o visto permanente.

A exigência de um emprego definido não constitui uma novidade na história das migrações. Em princípios de 1901 a Prússia baixou um decreto que determinava a todos os operários estrangeiros, incluindo os italianos, que se dirigissem ao território prussiano, a obrigatoriedade de munir-se de uma carta de legitimação. Para tanto, o indivíduo tinha de indicar o nome do empregador com o qual iria trabalhar, afora o pagamento de dois marcos e a apresentação do passaporte, entre outros documentos pessoais.¹

Na Austrália, o *Contract Immigration Act*, de 1905, não só confirmava a obrigatoriedade, já contida em leis anteriores, do imigrante ter um contrato de trabalho como, também, especificava que esse contrato devia ser revisto pelo Ministro do Exterior encarregado dos assuntos de imigração. Este só consideraria válido o contrato na impossibilidade de encontrar, na Austrália, um operário igualmente hábil e capaz e se o salário e as condições de trabalho, estipuladas no referido contrato, correspondessem àquelas em uso no país. Caso contrário, o contrato seria considerado nulo, mesmo tendo o imigrante a permissão de desembarque.²

Tanto a política imigratória do Brasil como a emigratória da Itália sofreram várias modificações desde 1880 — quando maiores contingentes de imigrantes italianos começaram a desembarcar em nosso país — até os dias de hoje. Há um século atrás, o Brasil necessitava de mão-de-obra para a lavoura cafeeira que se expandia, cada vez mais, e que se encontrava na iminência de ficar sem o trabalhador agrícola, visto estar em andamento o processo de abolição da escravidão, que se tornou concreto, como todos sabem, em 1888.

Por outro lado, um dos países mais aptos, dadas as condições econômicas e sociais a liberar trabalhadores era a Itália. Recém-unificada, embora faltasse ainda a anexação de alguns territórios, em 1870, a Itália se encontrava entre os países pobres e de alto índice de população. O excesso de população, a falta de terras cultiváveis, provocava uma distorção na oferta e procura de mão-de-obra. Na Itália a oferta era maior do que a procura enquanto que no Brasil, bem como na Argentina, nos Estados Unidos etc., a procura superava a oferta. Essa coincidência de situações concorreu para que se desse a grande emigração em direção não só ao Brasil como aos referidos países, além de outros.

Fatores que não o sócio-econômico, concorreram, também, como mola propulsora da emigração como, por exemplo, o político. Entre os

(1) *Fanfulla*, São Paulo, 22 mar. 1909

(2) *Pertli*, Giacomo — *La rivoluzione nelle leggi dell'emigrazione*. Torino, Fratelli Bocca Editori, 1923, p. 455, 456.

italianos, um motivo que levou muitos jovens à emigração foi a obrigatoriedade do serviço militar. Partiam para o exterior para não serem chamados a prestar o referido serviço.

Os imigrantes italianos começaram a chegar no Brasil, em números significativos, por volta de 1870, tendo o fluxo aumentado a partir da década de 80. Nos anos 70, vieram para o Rio Grande do Sul, italianos procedentes do Vale do Pó. Dentre os italianos que se dirigiram ao Rio Grande do Sul, encontramos originários de Vicenza, de Treviso, de Pádua, de Verona, de Cremona, de Mantua e de Belluno. Com relação a São Paulo, podemos afirmar que a maioria dos italianos que para cá se dirigiram se constituía de italianos procedentes também do norte da Itália.

Tanto no Rio Grande do Sul, como em Santa Catarina e Paraná, quase que a totalidade dos imigrantes italianos vieram para se tornar pequenos proprietários, enquanto que em São Paulo, embora alguns tenham-se estabelecido em núcleos coloniais, a grande maioria, sobretudo até princípios do século XX, veio para suprir a mão-de-obra na lavoura cafeeira. Já no corrente século diversos deles se empregaram nas indústrias que se iam formando no estado de São Paulo.

Os imigrantes, não só italianos como de qualquer outra nacionalidade, tiveram de enfrentar uma série de dificuldades até se adaptarem no país de adoção, quer fosse o Brasil, a Argentina ou os Estados Unidos, ou qualquer outro país para onde emigravam.

Não raro, os problemas começavam a surgir durante a travessia marítima, quando não ainda antes do embarque. Na chegada defrontavam-se com dificuldades relativas às bagagens tanto na alfândega como no transporte. E, mais tarde, vinham enfrentar diversos problemas como os referentes a contratos com os fazendeiros, aos lotes nos núcleos coloniais ou, ainda, situações adversas nas indústrias.

A saúde era um fator importante de influência na adaptação ou não do estrangeiro na pátria de adoção. No caso de chegarem doentes ou contraírem doença após a chegada, evidentemente, isto influía negativamente no ânimo do imigrante. Entre as famílias italianas que para cá vieram, muitas retornaram à Itália devido à perda de um dos membros, ou à doença, sobretudo do chefe da família.

O estado de saúde do imigrante que se dirigia para o Brasil não só não era regularmente controlado como, nem sempre, as autoridades estavam a par dos regulamentos concernentes ao referido assunto.

A uma consulta ao Consulado do Brasil no Havre, feita pela companhia francesa de navegação *Chargeurs Réunis* sobre se havia regulamentação proibindo a entrada no Brasil de imigrantes afetados por alguma moléstia, a resposta foi negativa.³ Isto ocorreu em 1909, quando o decreto estadual de 10 de abril de 1907 era explícito na proibição, em seu artigo 3.º, quando determinava: "as companhias de navegação ou armadores, que transportarem imigrantes para esse estado, não pode-

(3) *Arquivo do Estado de São Paulo*, Secretaria da Agricultura, Requerimentos Diversos, 1909, maço 82.

rão receber com este destino, em seus vapores ou navios, os que sofrerem de moléstias contagiosas, ou os que tiverem vício orgânico ou defeito físico que os inabilitem para o trabalho, nem os dementes, mendigos, vagabundos ou criminosos, nem os maiores de 60 anos, salvo quando vierem em companhia de sua família ou a ela se venham ajuntar".⁴

Por outro lado, o serviço de saúde no estado de São Paulo era muito precário, especialmente na zona rural. Em 1911, o Presidente da Câmara Italiana de Comércio de São Paulo, em entrevista à *Gazzetta di Torino*, por ocasião da exposição realizada naquela cidade, ressaltava a deficiência do serviço de saúde no estado de São Paulo.⁵

Uma outra questão da imigração italiana no Brasil e que teve repercussão a partir de 1902, sobretudo em se tratando da lavoura, foi a da passagem marítima subvencionada.

Até 1902 grande parte dos imigrantes italianos que aqui chegaram vieram com passagens subvencionadas. Poucos foram aqueles que vieram por conta própria

Ao findar-se o século XIX, a lavoura cafeeira começava a entrar em crise, devido à super produção do café. Chegava-se à fase em que a oferta desse produto tornou-se maior que a procura. A crise pela qual passava o café não decorria somente da produção, mas, em parte devido à ação de especuladores nos mercados de Hamburgo, Nova York e Havre que jogavam com a diferença dos preços alterando as condições normais do comércio. Esses fatores contribuíram para que o produto baixasse de cotação.⁶

Diante da crise cafeeira, os fazendeiros se viram em situação difícil chegando, diversos deles, à falência. Tal estado de coisas viria, fatalmente, refletir sobre os trabalhadores agrícolas, no caso os imigrantes que passaram a ser prejudicados.

Com a crise do café, vários relatórios sobre a situação no Brasil foram sendo enviados ao governo italiano por seus representantes oficiais. Diante de notícias não satisfatórias, o *Commissariato dell'Emigrazione* da Itália enviou ao Brasil Zettery e Rossi. O primeiro foi incumbido de inspecionar as colônias italianas de Minas Gerais e do Espírito Santo. Ao segundo coube examinar a situação dos italianos nas fazendas paulistas. Os relatórios decorrentes de tais inspeções causaram profunda impressão no governo italiano.

O relatório de Rossi apontava a situação dos imigrantes, em São Paulo, como bastante precária. Reforçando esse aspecto, saiu publicado na Itália, no mesmo ano, um informativo do Cônsul Geral da Itália em São Paulo. Ainda no ano seguinte, um artigo sob o título *Le condizioni dell'Emigrazione agricola in Ribeirão Preto* — fruto da compilação de fontes diversas recebidas pelo *Commissariato dell'Emigrazione*

(4) *Collecção das Leis e Decretos do Estado de S. Paulo de 1907*. Tomo 25. São Paulo, 1908, p. 87.

(5) *Gazzetta di Torino*, Torino, 2 jul. 1911.

(6) *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 4 mar. 1902. *Gazzetta di Torino*, Torino, 2 jul. 1911.

— vinha a favor de tal tese. Em decorrência desses fatos e sobretudo do relatório de Rossi, o governo italiano baixou um decreto, a 26 de março de 1902, proibindo a emigração gratuita para o Brasil. Tal decreto ficou conhecido como Decreto Prinetti, por ser Prinetti, então, Ministro do Exterior. Aliás, Franco Cenni diz que, na realidade, não se trata de um decreto propriamente dito, mas, sim, de uma portaria.

O Decreto Prinetti, contrariamente ao que se diz, não foi uma medida tomada contra o Brasil, nem mesmo contra a emigração italiana para cá. Apenas proibia a vinda de emigrantes italianos com passagens gratuitas. Era livre a vinda de cidadãos que tivessem meios e se dispusessem a emigrar para o Brasil. O decreto não fazia mais do que determinar a suspensão de uma licença especial concedida a algumas companhias de navegação para transportar, gratuitamente, emigrantes italianos para o Brasil. Proibia, também, que agentes recrutassem, na Itália, emigrantes, destinando-os ao Brasil.

Com relação à emigração gratuita, houve apenas a suspensão de um privilégio com o qual outros países não contavam. Com o referido decreto, o Brasil ficou, perante a Itália, em igualdade de condições com a Argentina e Estados Unidos, por exemplo, pois nenhuma outra nação tinha a permissão para manter uma imigração subsidiada em grande escala.⁷ Além disso, não se pode dizer que a corrente imigratória italiana no Brasil tenha diminuído exclusivamente em função do referido decreto, visto que a crise cafeeira já vinha provocando alteração no número de imigrantes italianos que entravam e saíam do território brasileiro. Senão vejamos:

Ano	Entraram	Saíram
1897	76.451	27.548
1898	34.391	19.445
1899	20.704	20.406
1900	15.804	26.045
1901	56.352	29.181
1902	28.895	21.687
1903	9.444	27.895 ⁽⁸⁾
1904	9.445	24.140

Em 1904, publicava-se, em Nápoles, uma circular do Comissariado Geral da Itália, na qual era reconfirmada a firme decisão daquele go-

(7) Rios, Arthur — *Aspectos políticos da assimilação do italiano no Brasil. Sociologia*, São Paulo, 20(3): 324, 325, ago. 1958. Luca, Paolo Emilio de — *Della emigrazione europea ed in particolare di quella italiana*. Torino, Fratelli Bocca Editori, 1909, p. 244. Cenni Franco — *Italianos no Brasil*. São Paulo, Martins, 1961, p. 185. Piccarolo, Antonio — *Interesses italianos no Brasil*. São Paulo, s.c.p. 1913, p. 7. Cusano, Alfredo — *Italia d'oltre mare, impressioni e ricordi dei miei cinque anni di Brasile*. Milano, Enrico Reggiani, 1911, p. 19, 20.

(8) *Bellentino dell'emigrazione*, Roma, 1905, n.º 17. *Apud Pertile*, Giacomo, op. cit., p.354.

verno no sentido de manter a proibição da emigração gratuita para o Brasil e principalmente para o Estado de São Paulo.

Por outro lado, na Itália, julgava-se necessária uma regulamentação, por parte do governo brasileiro, no sentido de que o emigrante, uma vez aqui chegado, pudesse contar com uma certa segurança e proteção à sua pessoa, ao terreno, à casa e contasse com a possibilidade de obtenção de utensílios de trabalho, gratuitamente. Ventilava-se mesmo a hipótese de que o colono pudesse, a curto prazo, tornar-se proprietário do lote a ele confiado.

No Brasil, também, acreditava-se que no momento em que se dispusesse de uma regulamentação visando o bem-estar do imigrante, o governo italiano certamente tomaria uma posição menos rígida com relação à emigração de italianos para o Brasil.

A pressão italiana e a percepção, por parte dos interessados na imigração em São Paulo, da importância de uma regulamentação mais eficaz, com relação aos imigrantes, concorreram para a elaboração do decreto dispendo sobre a imigração e a colonização no Estado de São Paulo, baixado a 10 de abril de 1907.

No entanto, ainda naquele ano de 1907, continuava em vigor o Decreto Prinetti. Para o Presidente da Sociedade Paulista de Agricultura, Siqueira Campos, aquele decreto persistia devido à crise agrária no Estado de São Paulo. Previa-se, porém, um fim próximo dessa crise, em virtude da tentativa de valorização da rubiácea, a partir da Convenção de Taubaté. Siqueira Campos acreditava, todavia, que com a modificação da legislação concernente à imigração e colonização nesse Estado não demoraria a vinda da revogação do referido decreto. Achava que isso ocorreria uma vez que a nova legislação apresentava inovações que beneficiariam o imigrante, tais como: o crédito do "colono" passava a ser prioritário sobre o crédito hipotecário; instituiu-se a agência de colonização e tratava-se da formação de novos núcleos coloniais, entre outros itens.⁹

Todavia, o Decreto Prinetti persistia, ainda, em 1911, quando Enrico Ferri, em uma entrevista, insistia no fato de que esse decreto se tornara um "fantasma" entre o Brasil e a Itália, porém, sem razão de ser, devido aos fatores acima referidos.¹⁰

Em 1914, ainda não se cogitava, na Itália, em abolir o decreto, embora, na ocasião, a emigração para o Brasil e a ação governamental em relação a essa emigração fossem objeto de discussão tanto nos círculos políticos como na imprensa. Muito pelo contrário, o *Commissariato dell'Emigrazione* expediu, naquela ocasião, uma circular às prefeituras recomendando a mais severa observação quanto à aplicação das dispo-

(9) *La Gazzeta Coloniale*, Napoli 18 set. 1904. *Don Marzio*, Napoli, 10 out. 1904. *Arquivo do Estado de São Paulo*, Secretaria da Agricultura, Requerimentos Diversos, 1852-1904, maço 1. Cecchi, G.B. — *I progressi di S. Paulo*. São Paulo, Riedel & Franco, 1907, p. 21, 23.

(10) *Fanfulla*, São Paulo 17 jan. 1911.

sições relativas à emigração para o Brasil, inclusive as do Decreto Pri-
netti. Este vigorou, contudo, até a Primeira Guerra Mundial.¹¹

A eclosão do conflito de 1914 foi a culminância de uma crise eco-
nômica e social que se vinha alastrando, há alguns anos, pelo mundo.
Em 1909, a crise que, nos Estados Unidos se iniciara por volta de 1907,
já se fazia sentir com mais intensidade: era enorme o número de de-
sempregados e os que trabalhavam tinham tido seus salários dimi-
nuídos de 20 a 25%. Apesar disso, a corrente emigratória italiana para o
país norte-americano se mantinha no mesmo nível.¹²

Citamos os Estados Unidos, dada a sua importância como país imi-
gratório, se considerarmos, em termos numéricos, os emigrantes italia-
nos que para lá se dirigiram.

Na Argentina, também, naquele ano de 1909, a taxa de desemprego
era elevada. Devido a essa circunstância e ao excesso de população em
Buenos Aires recomendava-se, na Itália, que os emigrantes com destino
à Argentina se dirigissem, de preferência, para a região de Bahia Blanca
ou para o Pampa Central, regiões estas consideradas, então, de grande
futuro.

Foi nessa ocasião, 1908/1909, que começou a aumentar a entrada
de imigrantes italianos, e de outras nacionalidades, em São Paulo, pro-
venientes da Argentina. De 500 casos tomados por nós, para estudo, a
metade alegava ter vindo para o Brasil por não ser, na Argentina, o salá-
rio suficiente para as despesas com a manutenção da família ou por es-
tar desempregado.¹³

Com a proibição da emigração gratuita da Itália para o Brasil, e a
previsão da diminuição da entrada dos imigrantes italianos, o governo
de São Paulo, com o intuito de resolver o problema da mão-de-obra pa-
ra a lavoura cafeeira, resolveu promover uma propaganda no exterior,
tendo em vista outras correntes imigratórias. Para tanto, criou em Bru-
xelas, em 1903, o *Commissariat Général du Gouvernement de l'État de
Saint Paul*. Esse Comissariado foi reconhecido pelo governo da Bélgica
em outubro de 1906.

Com o estabelecimento do Comissariado e o início da propaganda,
a animosidade da imprensa italiana — que já vinha de longa data, mas
tinha-se amenizado com a suspensão da emigração gratuita para o Bra-
sil — tomou novo impulso.¹⁴

O Comissariado, embora se propusesse a conquistar novas corren-
tes imigratórias, não deixava de fazer tentativas no sentido de recon-
quistar a opinião pública italiana. Em 1908, por exemplo, tentou-se
montar, em Gênova, uma exposição sobre o Brasil, porém, a tentativa
não foi avante por falta de ambiente favorável. Não obstante, foram

(11) Rios, Arthur — *op. cit.*, 20(3): 295-339, ago. 1958. *Fanfulla*, São Paulo, 12 jan. 1914,
25 jan. 1914.

(12) *Fanfulla*, São Paulo, 19 abr. 1909.

(13) *Arquivo do Estado de São Paulo*, Secretaria da Agricultura, Requerimentos Diver-
sos, 1907/1909.

(14) *Arquivo do Estado de São Paulo*, Secretaria da Agricultura, Requerimentos Diver-
sos, 1908, maço 39.

realizadas conferências, com certo êxito, em *Pesaro, Cantu* e Milão. A conferência era um dos meios de divulgação mais em voga na ocasião. Assim, outras palestras de propaganda foram feitas em várias cidades alemãs, na França, na Suíça, na Bélgica etc.

Por volta de 1906, em Trieste, que então pertencia à Áustria, o Estado de São Paulo também não estava sendo bem visto como local para emigração. O periódico *L'Osservatore Triestino*, em artigo intitulado "Não emigre para São Paulo (Brasil)", opinava: "(...) as atuais condições em São Paulo são desfavoráveis tanto para colonos como para trabalhadores agrícolas." No mesmo periódico, em outro número, noticiava-se que o Ministro do Interior estava em vias de impor uma intervenção mais séria contra a emigração para o Estado de São Paulo.

A campanha contrária à emigração para São Paulo, existente no exterior, era, por vezes, alimentada por jornais estrangeiros publicados na própria cidade de São Paulo.¹⁵

Em contrapartida, a Inspetoria de Imigração, em Santos, tentava uma propaganda por meio de publicações distribuídas a bordo e no porto aos imigrantes em trânsito. Isto fez com que os encarregados do serviço de emigração italiana tomassem providências ocorrendo, devido a isso, alguns incidentes. Em fins de 1910 a tripulação do navio italiano *Argentina* proibiu a distribuição, a bordo, das referidas publicações. Aliás, tal proibição, a partir de então, passou a ser rigorosamente cumprida a bordo dos vapores italianos.

Aos imigrantes em trânsito, que uma vez em terra, passeavam pelas imediações da Inspetoria, eram dados folhetos, tendo isto também ocorrido para provocar incidentes: quando imigrantes passageiros do navio francês *Algerie*, após a permanência em terra, voltaram a bordo, tiveram seus folhetos apreendidos pelo Comissário italiano em serviço naquele vapor. Isso mostra que a ingerência das autoridades italianas não se limitava aos navios onde tremulava a bandeira da Itália, mas abrangia os de outras nacionalidades, quando neles viajavam emigrantes italianos.

O pessoal da Inspetoria de Imigração de Santos, diante dos acontecimentos, limitou-se a colocar livros de propaganda nos salões de leitura e nos bares dos navios.¹⁶

A propaganda pró-imigração levada a efeito pelo Brasil foi considerada, na época, pelos próprios brasileiros, como ineficaz, quando comparada àquela efetuada por outros países como o Canadá ou o México. A Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, por volta de 1911, reconhecia que a propaganda encetada por este Estado não condizia com o jornalismo internacional mais atualizado. Os encarregados dos artigos de propaganda de São Paulo faziam questão de assinar seus nomes, repisavam sempre no mesmo assunto e, ainda, incorriam no erro de elevar o nosso Estado à categoria de "oitava maravilha do mundo".

(15) *Arquivo do Estado de São Paulo*, Secretaria da Agricultura, Requerimentos Diversos, 1908, maço 39; 1906, maço 5; 1909, maço 82.

(16) *Arquivo do Estado de São Paulo*, Secretaria da Agricultura, Requerimentos Diversos 1910, maço 102.

No entanto, o tipo de propaganda então em vigor assumia um critério comedido e discreto de maneira a não aparecer nem o autor nem quem estava ganhando com tal propaganda.

Por seu lado, o próprio Comissariado em Bruxelas julgava que a propaganda, como vinha sendo realizada, em jornais como: *Le Brésil*, *Courrier du Brésil* e *Courrier de Saint Paul*, era lida somente pelos brasileiros que se encontravam na Europa, visto que a circulação de tais jornais não ia além da nossa "colônia". Propunham a suspensão do *Courrier de Saint Paul* e a autorização para publicações em jornais de grande circulação, o que consistiria uma propaganda muito mais eficaz.¹⁷

Por volta de 1908, acreditava-se que o governo italiano tomava os casos de insucesso de imigrantes, no Brasil, bem como os de injustiça e violência ocorridas em várias fazendas como pretexto para forçar o Brasil a um tratado comercial, do qual a Itália pudesse tirar todas as vantagens. Admitiam, ainda os contemporâneos, que o governo italiano, convencido de que os brasileiros precisavam dos trabalhadores agrícolas, queria impor condições sem retribuir com uma justa diminuição do excessivo imposto cobrado sobre o café e outros produtos brasileiros de exportação, como o fumo e o açúcar.¹⁸

Muita propaganda foi feita na Itália por indivíduos que viajavam pelo México, Argentina, Brasil etc. pagos pelos governos desses países. Nessa contingência, obviamente, ao voltarem para a Itália faziam uma propaganda da América Latina como se fosse ela um Eldorado, onde trabalho e fortuna se conseguia facilmente. Dentro dessa perspectiva alimentou-se a fantasia e dissimulou-se a verdade, ocasionando a saída de numerosos emigrantes italianos com destino à América Latina, ainda às vésperas da Primeira Guerra Mundial, quando já não era mais tão fácil encontrar trabalho. No entanto, faziam crer que o mercado de trabalho, na América do Sul, era ainda o mesmo de vinte anos atrás.

Embuídos de ilusão, operários, advogados, contadores, entre outros, desembarcaram no porto de Santos. Quando tomavam conhecimento da realidade, isto é, a crise que atravessava o Brasil — bancos falidos, empregados dispensados, a dificuldade de encontrar emprego, o custo de vida — exclamavam: "mas como, há crise também na América? Então as informações que temos não são verdadeiras?". Tal reação nos parece bastante significativa mostrando bem a desconexão entre a informação e a realidade.

Alguns, em condições econômicas melhores, embarcavam novamente dentro de 48 horas. Os demais iam de um lugar a outro à procura de trabalho, ainda que fosse pouco remunerado.

Os que se encaminhavam para a América nos anos 14 vinham em direção a uma América que não existia mais ou estava para findar-se. O

(17) *Arquivo do Estado de São Paulo*, Secretaria da Agricultura, Requerimentos Diversos, 1911, maço 140.

(18) *Arquivo do Estado de São Paulo*, Secretaria da Agricultura, Requerimentos Diversos, 1908, maço 39; 1907, maço 23 e 18.

operário que vinha para ganhar 6\$000 réis por dia, equivalentes a 10 libras italianas, se impressionava porque na Itália não se conseguia essa soma diária, porém, ninguém fazia ver ao emigrante que com 6\$000 réis diários aqui no Brasil ele viveria pior do que na Itália com 2 libras dada a diferença do custo de vida.

Havia, todavia, um ou outro indivíduo descompromissado com governos, que viajando pelos países imigratórios da América Latina, atento à realidade, ao retornar à Itália tentava mostrar um quadro mais objetivo.¹⁹

A emigração italiana que passou a ser significativa na década de 1870/1880, atingiu seu auge em 1913 quando cerca de 873.000 indivíduos deixaram a península. 2/3 deles atravessaram o oceano em direção à América Latina, aos Estados Unidos e à Austrália. A Itália e a Irlanda atingiram a cifra *recorde* de emigração, tendo sido os anos de 1880 e 1913 os pólos desse considerável movimento humano. A partir do início do século XX a maioria dos emigrantes se constituía de operários. Se o Brasil e a Argentina se esforçavam no sentido de desenvolver uma imigração de agricultores, em outros países o apelo era dirigido a operários.²⁰

No ano de 1909, em São Paulo, a corrente imigratória espanhola como, também, a portuguesa já ultrapassava numericamente a italiana.

Durante a Primeira Guerra Mundial e a Segunda, por motivos óbvios, houve uma queda nos índices imigratórios.

Pode-se dizer que a grande imigração nos moldes em que se vinha processando desde os finais do século XIX, terminou ao iniciar-se a década de 30. Com a Constituição de 1934 foi introduzido o regime de quotas restringindo a imigração estrangeira no Brasil.²¹

Após o término da Segunda Guerra Mundial, os emigrantes que se dirigiram para a América Latina não eram só operários e agricultores, mas também, empresários e gerentes de indústrias.

Em 1951, como resultado de uma Conferência, em Bruxelas, foi criado o *Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias* (CIME). Esse Comitê destinava-se a tratar principalmente dos problemas relativos à população europeia. O Brasil não só participou da Conferência de Bruxelas como votou a favor da nova organização.

A partir daí, diversos imigrantes europeus para cá vieram por intermédio do Comitê. O Brasil, sob os auspícios do CIME, comprometeu-se a acolher imigrantes com técnicas e capacidade que permitissem a sua contribuição no desenvolvimento do País.

Até princípios de 1960, o Brasil esteve apto a absorver grande número de trabalhadores industriais qualificados. Entre o ano da criação do CIME, isto é, 1951 e princípios de 60, para cá vieram cerca de 112.000 pessoas. Como na década de 50 o Brasil iniciava o período de expan-

(19) *Fanfulla*, São Paulo, 18 jan. 1914.

(20) Dollot, Louis — *Les grandes migrations humaines*: Paris, Presses Universitaires de France, 1949, p. 42.

(21) Neiva, Arthur Hehl — *O problema imigratório brasileiro*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1949, p. 101.

são industrial de pós-guerra, muitos desses imigrantes foram empregados nas novas indústrias, ou seja, a automobilística, a siderúrgica e a eletrodoméstica. Nessa época também foram planejadas e estabelecidas colônias agrícolas com imigrantes.

Entre os anos 50/60, os italianos constituíram 60% dos imigrantes que aqui chegaram; os espanhóis cerca de 20%, afora holandeses e alguns de outras nacionalidades.

Na década de 60 dois fenômenos concomitantes, no Brasil e na Europa, contribuíram tanto para diminuir a imigração como para modificar a sua natureza. No Brasil foi ampliada a rede de escolas de treinamento profissional, o que fez com que a demanda de operários estrangeiros diminuísse. Por outro lado, dado o desenvolvimento da economia europeia principalmente dos países que constituíram o Mercado Comum, os trabalhadores originários do sul da Europa e que antes emigravam para a América ou outras regiões de além-mar passaram a se dirigir sobretudo para a França, Alemanha e Holanda onde encontram oportunidade de emprego.

A partir desse momento, deu-se uma diminuição no número de emigrantes europeus que se destinavam ao Brasil. Os que aqui chegaram, porém, eram pessoas mais qualificadas profissionalmente e que, na ocasião, interessavam mais diretamente ao nosso País. Tratava-se na maioria de técnicos de nível médio, como: projetistas, ferramenteiros etc. que vinham suprir a lacuna então existente entre os engenheiros e os operários qualificados. Os técnicos que entraram no País por intermédio do *Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias* deram uma valiosa contribuição na indústria de energia elétrica, como operadores de usinas geradoras e de subestações, quando do desenvolvimento do potencial hidrelétrico das regiões Centro e Sul do Brasil. Foi considerável o número de técnicos em eletricidade que para cá foram encaminhados: 65% eram técnicos de nível médio; cerca de 20% operários qualificados; e 15%, de nível universitário. Quanto à origem, 50% deles eram provenientes de países mais industrializados, ou seja, da Alemanha, da Holanda, da França e da Suíça.

Já em fins da década de 60 e princípios dos anos 70, os imigrantes europeus vindos para o Brasil eram, em grande parte, cientistas e pesquisadores na área de metalurgia, aeronáutica e eletricidade e foram encaminhados para os centros de pesquisa aeroespacial. E, ainda, engenheiros nucleares e físicos que se dirigiram para o setor de energia atômica. Ao todo 2.300 profissionais vieram, além de complementar essas áreas, contrabalançar a "evasão de cérebros" ocorrida sobretudo entre os anos de 1966 e 1970, quando só nos Estados Unidos entraram como imigrantes aproximadamente 1.400 profissionais e técnicos brasileiros.²²

Atualmente, estamos no ponto em que iniciamos este estudo, ou seja, diante da lei do estrangeiro, com novas exigências para a admissão

(22) *A imigração na sociedade moderna. Vinte anos de atividade do CIME no Brasil.* Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias.

do mesmo. No início desta exposição demos o exemplo de um italiano que pretende ou pretendia emigrar para o Brasil, todavia, evidentemente, existem muitos outros casos na mesma pendência.

Quanto ao número de imigrantes entrados no Brasil, de nada adiantaria aqui nos determos a expor uma série de cifras. Primeiro porque os dados variam muito de fonte para fonte e segundo porque se tornaria cansativa uma longa citação numérica.

Portanto, daremos apenas algumas informações que possam trazer algum esclarecimento ao tema tratado. Para os anos de 1882 a 1889, tomando-se os dados dos livros de matrícula de imigrantes da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, temos um total de 147.507 italianos que vieram só para São Paulo. Nesse mesmo período, isto é, de 1882 a 1889, encaminharam-se para os Estados Unidos cerca de 185.436 italianos enquanto para a Argentina emigraram 338.709 italianos.²³

Em 1901, entraram em São Paulo 55.764 italianos e em 1909 apenas 7.549.²⁴

Quanto aos dados mais recentes os temos com relação ao Brasil em geral. Apenas para que se tenha uma idéia, em 1964, entraram 476 italianos, 4.249 portugueses, 616 espanhóis, 544 japoneses e 323 alemães, enquanto em 1970, 357 italianos, 1.773 portugueses, 546 espanhóis, 435 japoneses e 3.535 alemães.²⁵

Os números acima apresentados por si só não têm muito significado em termos de cálculo de fixação do imigrante no País. Para tanto é necessário que se desconte a grande porcentagem de repatriamento e daqueles que saindo do Brasil seguiram para outros países que não a Itália.

Para se ter noção do alto índice de repatriamento, daremos uns exemplos: o total de imigrantes desembarcados em Santos, durante o ano de 1910, foi de 37.690 e de saída 30.761, tendo sido o saldo de entrada e saída de apenas 6.929.

Dos 37.690 que entraram, 8.988 eram italianos sendo que reembarcaram no porto de Santos, naquele mesmo ano, 14.278 italianos. O porto de destino para onde seguiu a maior parte, do total de imigrantes saídos de Santos no mesmo ano (1910), foi o de Buenos Aires para onde embarcaram 8.811 pessoas. Afora a Argentina, dirigiram-se eles também principalmente para a Itália e alguns para Portugal, desembarcando, respectivamente, em Gênova e Lisboa. Os que chegaram a esses dois portos faziam parte do contingente de repatriados.²⁶

O fenômeno do repatriamento não foi ou é algo inerente ao Brasil, mas, verificou-se em todos os países onde se deu o movimento imigra-

(23) Hutter, Lucy Maffei — *Imigração italiana em São Paulo (1880-1889): os primeiros contactos do imigrante com o Brasil*. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1972, p. 159. Luca, Paolo Emilio de — *op. cit.*, tav. 48 e 43.

(24) *Arquivo do Estado de São Paulo*, Secretaria da Agricultura, Requerimentos Diversos, 1909, maço 86.

(25) IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*, diversos números.

(26) *Arquivo do Estado de São Paulo*, Secretaria da Agricultura, Requerimentos Diversos, 1910, maço 103.

tório. O número de repatriados do Brasil foi elevado, porém, o mesmo se verificou nos Estados Unidos e na Argentina.

A título de exemplo, no ano de 1912 partiram dos portos da Itália e do Havre 292.811 italianos, com destino à América. Nesse mesmo ano desembarcaram nos portos da península, como repatriados, nada menos do que 170.906 pessoas.

Dos 292.811 emigrantes que partiram da Itália para a América, 208.447 foram para os Estados Unidos e de lá voltaram naquele ano para a Itália 117.656. Para o Prata foram 59.308 e retornaram 43.593 enquanto para o Brasil vieram 23.488 e foram repatriados 9.031.²⁷

Considerando-se as entradas e as saídas de imigrantes, por nacionalidade, no Estado de São Paulo, entre os anos de 1908 e 1936, nota-se que a percentagem mais alta de saídas foi atingida pelos italianos com 87,3%. Seguem-se os portugueses e espanhóis com 58,5 e 51,2% respectivamente e os japoneses com 7,1%.²⁸

Note-se, também, que quer nos países de emigração quer nos de imigração, a crise econômica é um fator de influência no aumento ou retração tanto da corrente imigratória como do repatriamento.²⁹

Em 1908, por exemplo, ano de grave crise nos Estados Unidos, deram entrada naquele país 557.585 imigrantes e de lá partiram 598.783.³⁰

Não se deve esquecer de levar em conta que muitos dos que voltavam dos Estados Unidos ou da Argentina, para a Itália, eram imigrantes sazonais, indo e voltando de acordo com os ciclos agrícolas. Por outro lado, vários chegavam à Itália só para empregar o dinheiro ganho na América ou para levar a família de volta consigo.

Muitos dos italianos que se repatriaram não desembarcaram nos portos da Itália, mas, em outros portos europeus, tais como: *Bordeaux*, *Marselha*, *Havre* etc.³¹

Inquiridos 100 imigrantes, na Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, sobre o porquê do pedido de repatriação, a maioria respondeu ser por motivo de doença. Aí voltamos a insistir no ponto já assinalado da importância da manutenção da saúde, entre outros fatores, na adaptação e fixação do imigrante no país de adoção.³²

Outras vezes respondiam que queriam repatriar-se por já ter seguido parte da família para a Europa. Uns alegavam estar doentes, porém, segundo o resultado do exame médico, pelo qual passavam na Hospedaria, gozavam de boa saúde. Vários requereram a repatriação devido à idade avançada. Alguns alegaram que o ganho não era suficiente para o seu sustento e o de sua família. Um professor de música e um entalhador repatriavam-se por não terem encontrado trabalho de acordo

(27) *Fanfulla*, São Paulo, 1.º mar. 1914.

(28) Martins, José de Souza — *Empresário e empresa na biografia do conde Matarazzo*, Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1967, p. 91.

(29) Pertile, Giacomo — *op. cit.* p. 359.

(30) Pertile, Giacomo — *op. cit.* p. 264.

(31) Luca, Paolo Emilio de — *op. cit.*, v. 1, p. 190.

(32) *Arquivo do Estado de São Paulo*, Secretaria da Agricultura, Requerimentos Diversos, 1907, maço 17.

com a sua profissão. Alguns diziam que não se davam bem com o clima ou não se entrosavam no serviço da lavoura, pois não eram agricultores etc. Houve caso em que o imigrante requereu o repatriamento por ter ouvido dizer que o repatriamento para a Itália era gratuito!

Diversamente do que se imagina, muitos imigrantes que eram repatriados já moravam há vários anos no Brasil. De 100 imigrantes argüidos, 39 deles se encontravam em terras brasileiras há mais de 10 anos, sendo que 3 deles há 20 anos; 38 aqui viveram de 5 a 10 anos e 20 estavam há menos de 5 anos. Por aí vemos que cerca de 70% dos que quiseram repatriamento já moravam no Brasil há mais de 5 anos.³³

Quanto à contribuição do elemento italiano nas regiões do Brasil, onde se radicou, é bastante conhecida de todos. Apenas como lembrete, podemos citar o seu desempenho na agricultura e na indústria afora sua influência nas artes, no jornalismo, no sistema alimentar e até mesmo no linguajar. Contribuiu, ainda, para o aumento demográfico.

O movimento emigratório/imigratório, pode-se concluir, não é um simples deslocamento humano, mas um complexo que envolve em si aspectos econômicos, sociais e políticos.

A imigração italiana no Brasil teve o lado negativo, porém, deixou saldo positivo. Para tanto, tiveram os imigrantes, todavia, de trabalhar arduamente e enfrentar uma série de problemas, entre os quais, muitos deles poderiam ter sido evitados ou amenizados se tivesse sido montada uma infra-estrutura mínima necessária para o bom andamento da imigração.

Na realidade, o Brasil não estava preparado para receber o imigrante, em grande escala, como foi o caso do italiano. A Itália, por sua vez, não se empenhou em amparar o emigrante, quando de sua partida. Ambos os governos se acusavam mutuamente, sem, contudo, tomarem as providências requeridas, sendo que o mais prejudicado foi, indiscutivelmente, o imigrante. Referimo-nos aqui ao período compreendido entre as últimas décadas do século XIX e a Primeira Guerra Mundial, período esse em que se deu a entrada do maior número de imigrantes italianos no País.

Procuramos expor alguns dados que pudessem dar as linhas gerais do movimento emigratório/imigratório italiano e alguns fatores que concorreram para aumentar ou diminuir a intensidade de tal movimento. Digo linhas gerais, porque se trata, como já foi afirmado no início, de um fenômeno bastante complexo e, portanto, não seria possível desenvolvê-lo, mais, nesta oportunidade.

Recebido para publicação em 06 de março de 1987

(33) *Arquivo do Estado de São Paulo*, Secretaria da Agricultura, Requerimentos Diversos, 1907, maços 17 e 21; 1908, maços 44, 45, 46, 48; 1909, maço 72.

ABSTRACT

We tried in this communication, to expose the general lines of the immigratory process in São Paulo (Brazil), since the final decades of the XIXth century until the years 60/70 of this century. We expose some aspects of the italian immigration, in that period, with flashes of what took place in the South of Brazil and in some other countries. We detach specially problems faced by the immigrants; the publicity decurrent of the Prinetti decree, for engagement of rural workers; and the repatriation, between other aspects, that makes possible a better understanding of the development of the immigratory process in São Paulo.

Immigration — italians — publicity — repatriation